

Parcerias privadas já fortes em SP e MG precisam afirmar-se no plano federal

A abertura da política aeroportuária, com a concessão dos grandes terminais de Guarulhos, Viracopos e Brasília – programada para 6 de fevereiro próximo – desdobrando o primeiro passo nesse sentido dado para viabilizar o terminal de cargas de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte – deve ser estendida, o quanto antes, a outros aeroportos também importantes para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, bem como para superarem as crescentes limitações do atendimento à demanda doméstica registradas em quase todo o sistema de transporte aéreo.

Mas tal abertura, mais do que isso, precisa marcar um ponto de inflexão da postura do Palácio do Planalto em relação aos múltiplos desafios da infraestrutura econômica e social. Trocando o bloqueio ou desestímulo às parcerias público-privadas pelo uso delas como mecanismo de financiamento indispensável às respostas aos gargalos e agudas carências persistentes nessa área, em face da exiguidade dos recursos estatais. E como instrumento bem mais ágil e eficaz de execução e/ou gestão de vários empreendimentos.

A necessidade dessa inflexão evidenciase a cada ano no corte ou contingenciamento de recursos do orçamento da União que segue incidindo sobretudo nos investimentos, em especial em obras públicas. Distorção repetida em 2011, quando o novo governo da presidente Dilma Rousseff deixou para serem pagos

em 2012 vultosos R\$ 57,2 bilhões destinados a investimentos em estradas, aeroportos e vários dos projetos do PAC. Tais restos a pagar correspondem a mais de 70% dos investimentos federais previstos para este ano. O que levou a respeitada organização não governamental Contas Abertas a concluir: “Caso opte por pagar os débitos, Dilma Rousseff terá apenas R\$ 23,1 bilhões para aplicar em novos projetos de infraestrutura no país”.

Exemplos de SP e Minas – Três reportagens do **Estadão** do último sábado, de avaliação do emprego de parcerias público-privadas, registraram que elas vão-se estendendo pelo país a partir de ações bem sucedidas dos governos desses dois estados.

A primeira reportagem – “Estados se espelham em PPPs de Minas e SP” – começou e terminou com declarações do presidente da APEOP, Luciano Amadio: “Na área federal, as parcerias ainda não foram para a frente. Mas tem boas iniciativas vindas de diversos Estados, que pegaram carona nas iniciativas mineiras e paulistas”; e “Aos poucos, as PPPs estão deslançando”.

A matéria destaca três estados onde as PPPs avançam: a Bahia, com emissário submariano, hospital e o novo estádio da Fonte Nova; o Espírito Santo, que as utilizará para ampliação do Faça Fácil (similar do Poupa Tempo paulista) e para projetos de saneamento básico e construção de um presídio; e Alagoas, para a área

O INFORME APEOP é produzido pela Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas.

Presidente: Luciano Amadio Filho. **Vice-Presidente Adjunto:** Carlos Zveibil Neto. **Vice-Presidentes:** Antonio José P. D’Almeida, Carlos Alberto M. dos Santos, Carlos Armando G. Paschoal, José Eduardo da C. Freitas, Marco A. Botter, Marcos P. Borsari, Osvaldo Garcia, Paulo Afonso Coelho, Reinaldo José Kalil Assad, Roberto S. Lauer. **Coordenação Editorial:** Carlos Eduardo L. Jorge. Tel: (11) 3121.0000 – Fax: (11) 3121.0009 – apeop@apeop.org.br – www.apeop.org.br.

Leia os Destaques da Imprensa de hoje no site da APEOP – www.apeop.org.br

de Saneamento e um novo sistema adutor de abastecimento de água.

A terceira reportagem – SP prevê investimentos de R\$ 25 bi até 2015” – trata do Plano Plurianual do governo Geraldo Alckmin, lançado em 2011, cuja carteira de PPPs é coordenada pelo vice-governador Guilherme Afif Domingos.

“Segundo ele (Afif) – na entrevista para a matéria – o Estado de São Paulo tem o maior portfólio de PPPs do mundo – que mistura projetos de médio e grande portes. Nos últimos anos, conseguiu contratar três projetos cujos investimentos somaram quase R\$ 6 bilhões: a linha 4 do metrô, a estação de tratamento de água de Taiapuê e a linha 8 Diamante da CPTM”.

Entre os empreendimentos previstos nas PPPs do Plano Plurianual incluem-se quatro trens expressos na região metropolitana, a duplicação da Tamoios e o alargamento das marginais de Caraguatatuba, além da construção de seis fóruns, três complexos prisionais, seis novos hospitais e reforma de outros seis.

Maior participação – As modelagens de parcerias nas diversas áreas da infraestrutura permitem a ampliação do mercado para as empresas construtoras, sobretudo para as de médio porte reunidas em consórcios. O leilão dos três terminais aeroportuários poderá ser exemplo dessa participação – se atendida solicitação feita pela APEOP e pela CBIC à ANAC, para o adiamento (por 20 ou 30 dias) da data para entrega das propostas e da realização do leilão.

O INFORME APEOP é produzido pela Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas.

Presidente: Luciano Amadio Filho. **Vice-Presidente Adjunto:** Carlos Zveibil Neto. **Vice-Presidentes:** Antonio José P. D’Almeida, Carlos Alberto M. dos Santos, Carlos Armando G. Paschoal, José Eduardo da C. Freitas, Marco A. Botter, Marcos P. Borsari, Osvaldo Garcia, Paulo Afonso Coelho, Reinaldo José Kalil Assad, Roberto S. Lauer. **Coordenação Editorial:** Carlos Eduardo L. Jorge. Tel: (11) 3121.0000 – Fax: (11) 3121.0009 – apeop@apeop.org.br – www.apeop.org.br.

Leia os Destaques da Imprensa de hoje no site da APEOP – www.apeop.org.br